

A ESCRITA DE SINAIS COMO DESAFIOS A TRADUTORES(AS) NOS RUMOS DE UM *BILÍNGUISMO PLENO*

MARGARIDA MARIA PIMENTEL DE SOUZA (UFC)

Os sinais, essa dança das palavras no espaço, são minha sensibilidade, minha poesia, meu eu íntimo, meu verdadeiro estilo (...) utilizo a língua dos ouvintes, minha segunda língua, para expressar minha certeza absoluta de que a língua de sinais é nossa primeira língua, a nossa, aquela que nos permite sermos seres humanos “comunicadores” (...) A linguagem de sinais era minha luz, meu sol, não pararia mais de me exprimir, aquilo saía, saía, como uma grande abertura em direção à luz.

Emannuelle Laborit (1994)

A epígrafe deste texto vem confirmar o que todos já sabem (ou deveriam saber), que a língua de sinais é natural aos surdos, pois como diz Laborit (Idem) “aquilo saía, saía”. Minha intenção é direcionar o olhar para uma consistente lacuna no exprimir-se em sinais – a adoção de sua modalidade secundária, como todas as línguas (ou a maioria) possuem, a escrita.

As línguas de sinais (doravante LS), próprias dos sujeitos surdos, têm sido alvo de pesquisas no mundo inteiro, desde a sua estrutura linguística e histórico cultural às nuances de sua organização cognitiva em estudos realizados com diversos sujeitos de sinalização¹ proficiente ou não, como também com aqueles acometidos por acidentes vasculares cerebrais – AVC. Esses estudos desse tipo, como os de Rodrigues (1993); Klima, Bellugi e Hickok (1998) e Sacks (1998) comprovam como são processadas as informações espaço-visuais no hemisfério direito e as linguísticas no hemisfério esquerdo das pessoas surdas sinalizantes.

Quanto à origem de tais línguas, outras investigações (Klima e Bellugi, 1979; Supalla *apud* Sacks, 1998) apontam hipóteses de que a LS surgiu da capacidade dos surdos de *substituir* dispositivos gramaticais da língua oral² por outros puramente espaciais. Essa atitude de “sobrevivência linguística” serve para vencer as limitações da linguagem num meio visual, como também das limitações fisiológicas da memória de curto prazo e do processamento cognitivo. Nesse sentido, Sacks (Ibid, p. 126) reitera, ensinando que:

(...) isso encontra sólidas confirmações circunstanciais no fato de que todas as línguas de sinais nativas – e existem várias centenas, no mundo todo, que evoluíram separada e independentemente onde quer que haja grupos de pessoas surdas –, todas as línguas de sinais nativas possuem uma estrutura espacial muito semelhante. Nenhuma delas tem a mínima semelhança com o inglês em sinais ou com a fala em sinais.

¹ Sinalizar no sentido de falar.

² Os estudos citados referem-se ao inglês, adequando-se às diversas línguas orais.

Embora a historiografia apresente referências ao modo peculiar de expressão dos sujeitos surdos, remontando desde, aproximadamente, do ano 368 a.C.³, a aquisição de seu *status* linguístico só ocorreu na década de 1960, quando William Stokoe publicou a primeira descrição estrutural da Língua Americana de Sinais – ASL, que, fazendo analogia com as línguas orais, propôs uma análise em unidades mínimas (queremas/quiremas), além de comprovar sua formação morfossintática. Stokoe (1965) também foi um dos primeiros a propor um modo de escrita desta língua de estrutura e modalidade tão complexa, para que seus utentes pudessem transferir os seus pensamentos diretamente para o papel, sem necessariamente passar pela língua escrita do outro (ouvinte). De acordo com Oviedo (2008), o sistema de escrita proposto por Stokoe foi precedido pelo modelo de notação *Mimographie* de Roch Ambroise Auguste Bébien, lançado em Paris, em 1825. O autor destaca ainda que a *Stokoe Notation* continha diversas semelhanças com a notação *Mimographie*, muito embora Stokoe não tenha considerado tais notações como fundamento para o desenvolvimento de seu sistema e feito menção em seu livro sobre o trabalho de Auguste Bébien.

Além das iniciativas supracitadas, outros sistemas de escrita de sinais foram propostos – Sutton, 1974; Hamnosys, 1989; Paul Jouison, 1990; François Neve, 1996⁴; Estelita, 1997; – dentre os quais destaco neste trabalho o sistema elaborado por Sutton – o *Sign Writing*⁵, propagado no Brasil por Stumpf (2003).

Considerado como um artefato cultural surdo ainda em processo de propagação pelo Brasil, o *Sign Writing* – SW – foi criado por Valerie Sutton, com a finalidade de favorecer o acesso direto à LS através de sua escrita sem transitar pela escrita da língua oral, evitando, assim, o sentimento de incapacidade gerado nos surdos que não conseguem escrever na língua do *outro*. Sobre a origem do referido sistema, Stumpf (Idem) conta que Sutton após criar um sistema para escrever os movimentos das danças, o *Dance Writing*, conseguiu despertar o interesse de dinamarqueses da Universidade de Copenhague, uma vez que parecia possível utilizá-lo para escrever os sinais. Assim surgiram as notações gráficas da LS aplicáveis a qualquer língua visual⁶, sobre as quais é Stumpf (Idem, p. 62) quem aconselha: “Para usar o

³ Cf. Felipe e Monteiro **Libras em contexto**: curso básico (Livro do Professor). Brasília: MEC/SEESP, 2004.

⁴ Sutton, 1974; Hamnosys, 1989; Paul Jouison, 1990; François Neve, 1996 – sistemas mencionados por Stumpf (2003).

⁵ A outra escrita da Língua de Sinais Brasileira – Libras, ainda pouco conhecido no Brasil, trata-se do sistema ELiS, criado por Mariângela Estelita, em 1997, em sua pesquisa de Mestrado. Este vem passando por (re)formulações sugeridas por seus colegas surdos e ouvintes. (ESTELITA, 2007).

⁶ No Brasil, o *Sign Writing*⁶ começou a ser adaptado para a Libras no período de 1996 a 2001, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos da R. Costa da Universidade Católica de Pelotas – RS. Marianne Stumpf pesquisa e divulga esse sistema gráfico desde então. (STUMPF, 2003).

Sign Writing, é preciso saber bem uma língua de sinais. Cada língua de sinais vai adaptá-lo à sua ortografia”.

As adaptações apontadas por Stumpf (Idem), no entanto, devem levar em consideração as variações regionais (os dialetos). Além disso, vale ressaltar que, por pertencer a uma comunidade de falantes ativos, seus verbetes devem seguir o padrão arbitrário de seu desenvolvimento linguístico; pois, como qualquer outra língua, a sua escrita deve ser instituída por convenção tácita do grupo de utentes. Sobre esse aspecto, Quadros (s.d.) alerta para a necessidade de padronização da escrita de sinais, apontando a existência de diversas práticas, as quais umas se apresentam simplistas, outras detalhistas. A autora faz analogia com o processo de escrita da língua inglesa, para a qual o surgimento da imprensa veio contribuir com a padronização da grafia, que antes se dava conforme a captação do som percebido diferentemente por seus “escritores”. Capovilla e Raphael (2001, p. 55) corroboram com a autora, destacando que, “quando as convenções ortográficas de uma língua já estão consolidadas, o trabalho de leitura e escrita é imensamente facilitado”.

Nesse contexto, os postulados bakhtinianos nos ensinam que as formas do signo dependem tanto da organização social dos indivíduos envolvidos num processo de interação como das condições em que tal interação acontece. Isso porque os signos resultam do consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Dessa forma, posso inferir que o signo ideológico (como também o linguístico) é marcado pelo que o autor chama de “horizonte social” de uma época e de um grupo social determinados. Isso quer dizer que:

Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótica-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições socioeconômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases da sua existência material (BAKHTIN, 1997, p. 45).

Os estudos de Vygotsky (1994) sobre linguagem e pensamento generalizante, do seu lado, vêm convergir com as premissas bakhtinianas e as reflexões sobre a padronização de um sistema de escrita da LS, ao ensinar que uma experiência do indivíduo que existe somente em sua consciência, para se tornar comunicável, é necessário ser incluída numa categoria que, por convenção tácita da sociedade humana, é considerada uma unidade.

A propósito de ilustrar o referido sistema gráfico escolhido nesse trabalho, apresento a seguir alguns sinais da Libras:



Considerando que no Brasil, a atual legislação aponta para a oferta de educação bilíngue⁷ aos surdos, no intuito de atender às necessidades linguísticas e de promover o seu desenvolvimento cognitivo, a escrita, que se constitui como parte integrante dos currículos em geral, no caso em foco, se refere única e exclusivamente ao português. Esse contexto paradoxalmente leva a refletir que nos tempos de proibição do uso das línguas de sinais na imposição do oralismo, os surdos, ainda assim, interagiam mesmo na clandestinidade, o que fez tal língua sobreviver e se desenvolver cada vez mais. Sendo assim, o que faz com que um sistema gráfico próprio dos surdos/Libras não se propague e seja adotado nas escolas, mesmo em se tratando de “Educação Bilíngue”? Como lida com essa modalidade o profissional Tradutores Intérpretes de Libras Português – TILSP, responsável pelo transladar desta língua para o meio ouvinte? Sendo tão fundamental a atividade do TILSP, de que modo o mesmo tem contribuído (ou não) para o reconhecimento de uma escrita da Libras?

Nesse contexto, tomando as atividades de interpretar e traduzir como faces de uma mesma moeda, foi que este trabalho se encaminhou, objetivando averiguar um dos lados menos praticado, pois tendo em vista que as interações passam pelos vieses oral/sinalizado e escrito das línguas, no caso da Libras, no entanto, este último ainda parece uma incógnita, dada a complexidade de modalidade visuoespacial desta língua.

A curiosidade no âmbito da atuação dos TILSP, quanto à familiaridade que os mesmos têm com a tradução da Libras, surgiu a partir do contato com dois estudantes surdos de uma Escola Bilíngue de Fortaleza- CE, que participaram de um curso que ministrei juntamente com um professor surdo no Centro de Formação e Capacitação dos Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, em 2008. Os mesmos, pela falta de prática, afirmaram ter apenas algumas lembranças relacionadas ao curso. A partir do relato informal dos referidos sujeitos, direcionei o olhar ao profissional TILSP, diante de sua importância nas relações escolares e sociais dos surdos em meio à observação de lacunas e discontinuidades entre os sistemas primário e secundário de representação linguística, evidentes na área da

⁷ Decreto nº 5.626/2005; Lei nº 13.005/2014 (PNE), entre outros.

educação bilíngue para surdos, bem como nas práticas de ensino da Libras. Isso põe em relevo a existência da desconexão entre a articulação do uso desta língua, com o que se espera que o sujeito surdo apresente como produção textual. Sobre esse aspecto, Capovilla (2004, p. 258) alerta:

A criança surda encontra-se numa situação peculiar de descontinuidade entre os sistemas primário e secundário de representação linguísticas, entre a sinalização interna visual e quiroarticulatória com que ela faz processamento interno, e o sistema de escrita alfabética fonológico com que se espera que ela se expresse.

Considerando os fatores até aqui mencionados, então, fiz uma sondagem a partir da aplicação de questionários e coleta de informações diretas a uma amostra de quinze TILSP, que fazem ou fizeram parte do quadro funcional da escola supracitada. De acordo com as respostas, os mesmos não manifestaram conhecimento para o uso de nenhuma das formas de escrita de sinais propostas ao longo da história, seja por Stokoe (1965); Sutton (1974)/Stumpf (2003), ou Estelita (1997). Assim, priorizei destacar o sistema que no Brasil é propagado por Stumpf (2003; 2005), o mesmo criado por Sutton, motivo pelo qual justifico o foco dado a este último, já que foi o mesmo sistema ministrado no curso referido há pouco. Dos profissionais abordados, todos declararam “*ser importante a disseminação do sistema Sign Writing*”, mas que “*pela falta de conhecimento, os mesmos nunca a utilizam*”. Houve, entretanto, quem ressaltasse “*não haver necessidade desse sistema*”. Os sujeitos ainda, em sua maioria, manifestaram sentirem-se mais à vontade na interpretação da língua portuguesa para a de sinais; ou seja, se sentem mais confortáveis no transladar da modalidade oral para a visual, do que o contrário, ficando a prática da tradução, inclusive para língua portuguesa escrita, em último plano. Segundo um dos sujeitos, “*a interpretação é a mais solicitada*”, enquanto outro declarou ser a modalidade sinalizada “*a que tem mais experiência*”. Embora reconheçam o papel do sistema SW no fortalecimento da cultura surda e da escola bilíngue, um dos sujeitos, mesmo afirmando não saber e por isso nunca utilizar a referida grafia, ressaltou que as línguas portuguesa e de sinais brasileira têm estruturas diferentes e que o uso de SW “*facilitaria o aprendizado mais claramente de sua gramática [da Libras], através de sua escrita*”.

Nesse contexto, embora esse trabalho seja apenas uma amostra, seus dados revelam que, com todas as pesquisas e iniciativas de propagação de um sistema de escrita da Libras⁸; na atualidade, tal língua ainda é considerada ágrafa ou, simplesmente, não se dá o devido prestígio à modalidade em foco; o que traz severas consequências aos educandos surdos, inclusive no seu processo de alfabetização e letramento, conforme alerta Finau (2006, 236):

⁸ No caso do Brasil.

[...] ao se negar a existência dessa modalidade linguística, está se negando a possibilidade real de letramento dessas pessoas, uma vez que elas são impedidas de registrar, elaborar e reelaborar os acontecimentos vividos em suas comunidades a partir de sua identidade.

Desse modo, a escolarização de surdos no Brasil parece ainda apontar, que nos sistemas educacionais sobrevivem muitas resistências ideológicas quanto ao processo de ensino e aprendizagem de tais sujeitos, pois concretizar uma mudança na estrutura educacional, incorporando a alfabetização em escrita de sinais – SW – acarretaria em “um conjunto de novas práticas disciplinares [que] seriam necessárias: desde a formação de professores até a versão de materiais, hoje em português, para essa língua” (SOUZA, 2002, p. 142).

Vale lembrar que os inúmeros aplicativos e ferramentas tecnológicas não substituem (ainda) o papel, e isso faz com que os nativos de língua de sinais também se ressintam dessa necessidade, como expressa Stumpf (2003): “Durante todos os séculos da civilização ocidental, uma escrita própria fez falta para os surdos, sempre dependentes de escrever e ler em outra língua, que não podem compreender bem, vivendo com isso uma grande limitação.” (p. 63).

Nessa perspectiva, cabe repensar sobre o fazer das escolas bilíngues e suas representações, para evitar que a língua de sinais seja utilizada apenas como uma ponte para alcançar as línguas pátrias, mascarando as reais intenções de sobreposição destas (SOUZA, 2008). Sobre esse aspecto, Skliar (2001, p. 10) reitera, destacando que:

Determinadas representações sobre a educação bilíngue – e não somente no que se refere ao caso dos surdos – podem se constituir numa ferramenta conservadora e politicamente eficaz para reproduzir uma ideologia e uma prática orientada para o monolinguismo: utilizar a primeira língua do aluno para “acabar” rapidamente com ela, com o objetivo de “alcançar” a língua oficial.

Assim, há de se considerar que a escola que venha a aplicar esse sistema de escrita, estaria praticando uma Educação Bilíngue integralmente, com o uso da LS nas modalidades visual e escrita (L1), além da língua oral na modalidade escrita (L2), como enfatiza Stumpf (Ibid, p. 65):

As escolas de surdos precisam colocar rapidamente a escrita de sinais no currículo, pois suas aulas proporcionam oportunidades importantes para os surdos de aprender também língua de sinais brasileira. Exercitamos muito a aprendizagem de sinais quando procuramos pela melhor grafia de um sinal.

Desse modo, pude registrar a ausência da prática de tradução para a língua natural dos surdos, ante uma prioridade dada ao idioma dos ouvintes, o português. Inclusive os exames de proficiência de tradução e interpretação de/em libras promovidos pelo MEC, juntamente com

a UFSC (e INES), após o Decreto no 5.626/2005, priorizam a escrita do português, numa exigência apenas aos candidatos surdos.

Em síntese, urge a necessidade da apropriação de um sistema de escrita de sinais, de preferência reconhecendo e priorizando o *SignWriting*, já utilizado em mais de quarenta países.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

CAPOVILLA, F. C. A Evolução nas abordagens à educação de surdos: do oralismo à comunicação total, e desta ao bilinguismo. In: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira**. Vol. II: Sinais de M a Z. São Paulo: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, FENEIS, Brasil Telecom, 2001.

CAPOVILLA, F. C. **Neuropsicologia e aprendizagem: uma abordagem multidisciplinar**. São Paulo: Memnon, 2004.

ESTELITA, Mariângela. Escrita das línguas de sinais. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Orgs.) **Estudos surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 212-237.

FINAU, R. **Possíveis encontros entre cultura surda, ensino e linguística**. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

LABORIT, Emmanuelle. **O vôo da gaivota**. BEST SELLER, 1994.

OVIEDO, A. **El primer sistema de escritura para lãs señas** (1825). Berlín. Disponível em <<http://www.cultura-sorda.eu>>. Acesso em: 30 de setembro de 2011.

QUADROS, Ronice M. de. **Um capítulo da história do SignWriting**. Disponível em: <http://www.signwriting.org/library/history/hist010.html>, Acesso em set. 2014.

RODRIGUES, Norberto. Organização neural da linguagem. In: MOURA, M. C.; LODI, A. C. D.; PEREIRA, M. C. C. (Orgs.) **Língua de sinais e educação do surdo**. São Paulo: Tec Art, 1993.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. Tradução Alfredo B.P. de Lemos. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

SKLIAR, C. (Org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2001. 2ª ed.

STUMPF, Marianne R. Transcrições de língua de sinais brasileira em signwriting. In: LODI, Ana Cláudia B. (Orgs.) **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2003. p. 62-70.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.